

PILARES, PILÕES E PÉTALAS: o piloti em três tempos na obra de João Filgueiras Lima “Lelé”

PILARES, PILARES Y PÉTALOS: el piloti en tres tiempos en la obra de João Filgueiras Lima “Lelé”

PILLARS, PYLONS AND PETALS: the piloti in three stages in the work of João Filgueiras Lima “Lelé”

PAZ, DANIEL J. MELLADO

Arquiteto, Professor Doutor, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia
Email: danielmelladopaz@gmail.com

RESUMO

João Filgueiras Lima (1932-2014) foi arquiteto fundamental na história recente da Arquitetura brasileira, pioneiro na pré-fabricação na arquitetura, em especial na tecnologia da argamassa armada. O Centro Administrativo da Bahia foi local privilegiado de seus experimentos. Entre 1973 e 1974 realizou três tipos de edifício, que podemos estudar como variações no tema dos pilotis, e parte da recorrência de temas relacionados ao mesmo, em termos da relação indissociável entre arquitetura, estrutura portante e infraestrutura. São os edifícios as Secretarias em plataformas (1973-74, o Centro de Exposições (1974) e a Igreja Ascensão do Senhor (1975), com uma coda na sua última obra no local, o edifício do Tribunal Regional do Trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: João Filgueiras Lima; Lelé; pilotis.

RESUMEN

João Filgueiras Lima (1932-2014) fue un arquitecto fundamental en la historia reciente de la arquitectura brasileña, pionero de la prefabricación, en particular de la tecnología de ferrocemento. El Centro Administrativo de Bahía fue un escenario privilegiado para sus experimentos. Entre 1973 y 1974, creó tres tipos de edificios, que pueden considerarse variaciones sobre el tema de los pilotis y parte de la recurrencia de temas relacionados, en términos de la relación inseparable entre arquitectura, estructura e infraestructura. Estos edificios incluyen las Secretarías sobre plataformas (1973-74), el Centro de Exposiciones (1974) y la Iglesia de la Ascensión del Señor (1975), con una coda en su última obra en el lugar, el edificio del Tribunal Regional del Trabajo.

PALABRAS-CLAVES: João Filgueiras Lima; Lelé; pilotis

ABSTRACT

João Filgueiras Lima (1932-2014) was a fundamental architect in the recent history of Brazilian architecture, a pioneer in prefabrication, particularly in ferrocement technology. The Bahia Administrative Center was a privileged site for his experiments. Between 1973 and 1974, he created three types of buildings, which can be seen as variations on the pilotis theme and part of the recurrence of related themes, in terms of the inseparable relationship between architecture, structure and infrastructure. These buildings include the Secretariats (1973-74), the Exhibition Center (1974), and the Ascension of the Lord Church (1975), with a coda in his last work at the site, the Regional Labor Court building.

KEYWORDS: João Filgueiras Lima; Lelé; pilotis

Recebido em: 28/09/2025
Aceito em: 05/01/2026

INTRODUÇÃO

Talvez o que distinga mais claramente o modernismo corbusiano de seus contemporâneos franceses, e linhas como a do racionalismo italiano, é a suspensão do prédio em relação ao solo, assumido e desejado. A tecnologia não era obra de sua lavra: estava à disposição. O que faltava eram as razões para fazê-lo, de modo articulado e explícito, e uma nova formulação plástica que lidasse com o contrassensual, insólito, da massa suspensa. O análogo arquitetônico da luta de Kandinsky contra o arranjo triangular das pinturas, herança da imposição da gravidade no mundo real, totalmente ausente na superfície pictórica. Pois bem: apesar da gravidade, o prédio podia suspender-se pois, de fato, já não dependia mais da transferência das cargas ao solo pelo contato de toda sua massa.

Le Corbusier propiciou os argumentos, as palavras-chaves, os exemplos – ideais e realizados – e um vocabulário de fácil reprodução – os Cinco Pontos da Nova Arquitetura –, e mesmo um estilo gráfico de desenho, prontamente assimilado e reelaborado no Brasil por todos os arquitetos ligados a essa renovação. Já sua maneira muito particular de lidar com as formas, esta não se replicava. Ao contrário, coube aos arquitetos brasileiros elaborarem suas próprias estratégias, da técnica à forma, passando pelos motivos. Não se repetia aqui, por exemplo, a procura ansiosa pelo sol, das preocupações helioterápicas e quase como um heliotropismo, em especial no clima europeu e no disputado solo parisiense, tornando local benfazejo o que eram as insalubres mansardas. Outros foram os motivos, outras as maneiras, em especial vindo de arquitetos criadores.

Nesse sentido, vejamos algo dos pilotis, não como elemento arquitetônico em si, mas como parte de certas estratégias de projeto, na obra de João Filgueiras Lima “Lelé” (1932-2014).

Este ensaio é uma versão completa de um texto mais resumido apresentado no 16º Seminário Docomomo Brasil, realizado em dezembro de 2025, em Porto Alegre.

1 O PILOTI NA OBRA DE LELÉ: UMA INTRODUÇÃO

João Filgueiras Lima foi arquiteto fundamental na história recente da Arquitetura brasileira, pioneiro na pré-fabricação na arquitetura, em especial na tecnologia da argamassa armada, com desenvolvimento singular da metalurgia leve e pesada aplicada na arquitetura pré-fabricada (Latorraca, 2000; Lima, 2004; Risselada, Latorraca, 2010). Nessa trajetória, Salvador foi laboratório para tais experimentos, a exemplo de mobiliário urbano, sistema de mobilidade urbana, e serviços como escolas públicas, na Companhia de Renovação Urbana – RENURB (1979-82) e Fábrica de Equipamentos Comunitários – FAEC (1986-89). E depois do Hospital Sarah Salvador (1991) e edifícios para o Judiciário, feitos através do Centro de Tecnologia da Rede Sarah – CTRS, com maquinário e técnicas mais sofisticadas.¹ Em cada um desses momentos, e com as tecnologias à sua disposição, Lelé empregou invariavelmente o expediente de suspender o prédio por meio de pilotis, pelos motivos mais diversos.

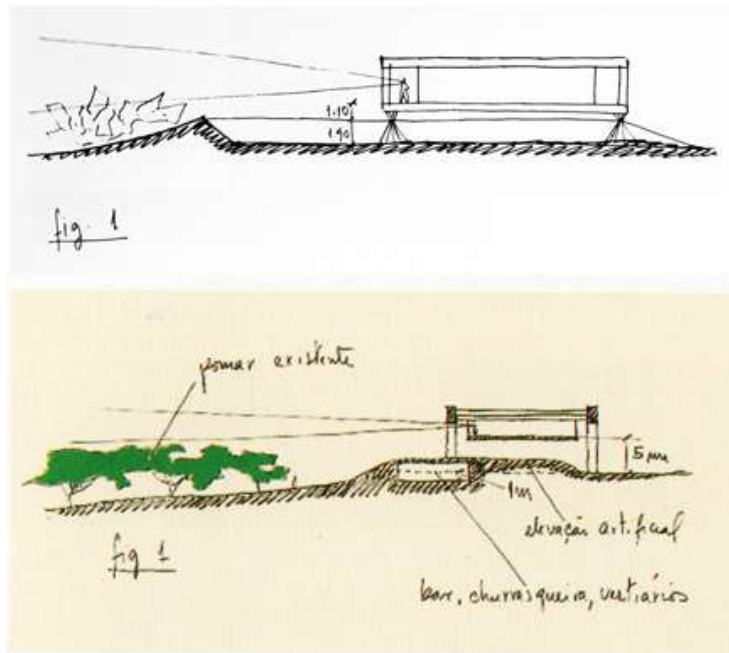
Um dos pretextos foi o imperativo visual. Em alguns casos, para criar um mirante elevado – é o caso das Residências para o chefe do SNI (1965) e para José da Silva Netto (1974), em Brasília (DF), dentro daquilo que Ana Elísia da Costa, Márcio Cotrim e Célia Gonsales (2017) intitularam *esquema base/ pilotis/ mirante*. Neles vemos um manejo particular do térreo. Por um lado, da movimentação de terra e criação de taludes e falsos taludes, ocultando-se, e mesmo enterrando-se, uma parte do edifício. Assim, ele divide-se, camuflando no solo um setor, e reduzindo as exigências em termos de área da parte que estará acima.

Em outros casos, Lelé argumenta que o intento era liberar a vista ao rés-do-chão de eventuais passantes – como no Palácio Thomé de Souza (1986), em Salvador (BA).² Contudo há uma diferença fundamental quando o artifício serve para criar um mirante, suspendendo o edifício, e e o da abertura de pretensas visuais ao rés-do-chão para um eventual observador abaixo, e *atrás*, do edifício. No primeiro caso, o resultado tende a ser eficiente. No segundo, é duvidoso, pela própria constituição do campo visual, isto é, a participação do que está “liberado” pela elevação da construção no cone de visão.

Outro motivo mais prosaico é o de ter vagas de estacionamento, em lotes pequenos como nas sedes estaduais dos Tribunais de Contas da União (TCU) – em Salvador/ BA (1995), Maceió/ AL (1997) e Belo Horizonte/ MG (1997). Esse ganho do solo não era um dos motivos primordiais na obra corbusiana – embora sua *Villa Savoye* (1928-31) exibisse na base um volume recuado e semicircular, onde estava a garagem e desenhava-se, ao menos retoricamente, para a circulação do veículo na projeção do edifício acima, ainda que houvesse um terreno amplo ao redor. E, ironicamente, foi um dos usos mais constantes para os edifícios urbanos, cada vez mais ciosos das vagas dos veículos.

Em alguns casos, argumentava que obtinha uma “praça”, área aberta com jardins que davam continuidade ao espaço público – tal como no Edf. Portobrás (1974) e no projeto da Sede da Eletrobrás (1981), em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

Figuras 1 e 2: Acima, croqui de corte da Residência pra Chefe do SNI (1965). Abaixo, o mesmo para a Residência José da Silva Netto (1974).



Fonte: Latorraca, 2000.

E, por último, por certas características do relevo. Como no declive acentuado do local para onde se projetou a sede da Secretaria de Turismo de Salvador (1998), infelizmente não executado. Neste caso, aliava-se explicitamente a ideia de brindar um espaço público, ampliando o adro da Igreja dos Aflitos. Porém como este se situa na falésia de Salvador, que cai rumo à Baía de Todos os Santos, se o projeto estava sobre o terreno íngreme, para o pedestre, tornava-se invisível, e constituiria um solo ganho, desenvolvendo-se para baixo.

Figura 3: Edifício para a Secretaria do Turismo no Largo dos Aflitos (1988).



Fonte: Latorraca, 2000.

Na grande maioria dos casos, a redução dos apoios fundava-se em um recurso estrutural particular: o aumento do porte das vigas laterais. Via de regra, fazendo com que tomasse a altura de um pavimento ou mais, vazando-as, como as vigas vierendeel da Residência para o Chefe do SNI e as treliças metálicas para a Secretaria do Turismo. Em alguns casos, criava uma expressiva viga de transição, que recebia as cargas do prédio e as distribuía para um pequeno número de pilares, tal como no Edf. Portobrás. Ou seja, a tônica não era apenas o piloti em si, mas um conjunto estrutural mais ousado, evitando um conjunto maior de pilares e fundações, limpando visualmente o rés-do-chão.

Dito isto, vejamos o caso de alguns dos edifícios projetos e realizados de João Filgueiras Lima no Centro Administrativo da Bahia.

2 O PILOTI NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA

O Centro Administrativo da Bahia foi construído na então recém-aberta Av. Luís Viana Filho (mais conhecida como Paralela), reunindo as funções administrativas do Governo do Estado, retirando-as do que se acreditava ser um centro tradicional congestionado e, na prática, sendo decisivo na decadência econômica do mesmo (Cordiviola, 2005). A iniciativa segue o paradigma de Brasília, com urbanismo de acento rodoviarista, onde os edifícios estão dispersos nas áreas verdes, instalados nas cotas mais altas e preservando os fundos de vale e lagos, e ainda na concepção dos edifícios, inclusive com emprego extenso do concreto armado e ensaios de pré-fabricação. Ali, e com obras de porte, se inicia a presença de Lelé em Salvador.

Por meio do redesenho e modelagem digital a partir da árdua interpretação das peças gráficas – projetos de arquitetura, estruturas e reformas – do acervo da Superintendência de Patrimônio (SUPAT) da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB), estudados nos últimos anos as obras de Lelé dos anos 1970. Então ele concebeu três tipos de edifício, que podemos entender como variações sobre a ideia corbusiana do “piloti”.

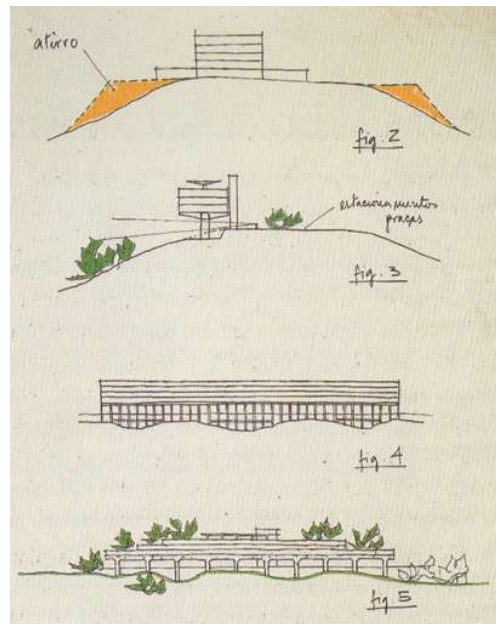
As Plataformas/ Secretarias

O primeiro é um modelo repetido nos edifícios das Secretarias de Estado (1973-1974). Grande barra horizontal, estreita e sinuosa, acomodando-se às curvas de nível, recebeu um mínimo de pilares para não deformar o terreno e impedir a visual aos bosques dos vales profundos adjacentes. Os edifícios foram concebidos como *plataformas*, e assim denominadas, dotadas de infraestrutura para abrigar um programa aberto e dinâmico.

Das seis plataformas idealizadas, justamente a primeira, a Plataforma 1, não foi construída. Mais ambiciosa, serviu como protótipo para as demais. Especulamos que as limitações de prazo e orçamento foram responsáveis pela redução do tamanho do conjunto. Se compararmos a Plataforma 1 com as demais, vemos que estas são pouco mais da metade da extensão linear do protótipo não-realizado. Foram suprimidos elementos como a circulação vertical por rampas e o auditório, concebidos para o conjunto dos prédios, e abandonados. Manteve-se o desenho geral das ondulações, com 2 arcos de aproximadamente 40° e 80°. Porém, menores, parecem mais discretos na sinuosidade do que o protótipo. Reduziram-se também as unidades de elevadores, inclusive proporcionalmente.

A tônica foi a busca pela extensibilidade e flexibilidade. A primeira se estabelece com uma estrutura geral robusta. Lelé imaginava que o prédio poderia ser expandido para cima, com mais alguns andares, o que nunca se fez. A flexibilidade se obtém com cada andar sendo um grande vão indeterminado, suprido pela infraestrutura. Pois, de fato, o edifício é composto por plataformas elevadas afins ao debate da “megaestrutura” do período (Banham, 2001), composta por grandes suportes e peças pré-fabricadas pequenas e leves para fachada, laje e fechamento lateral. As pranchas gráficas mostram esse curioso binômio de verdadeiras obras d’arte de engenharia, complementada com peças prefabricadas, mais próprias do design industrial, sem propriamente um projeto arquitetônico, no sentido usual de espaços compartimentados por paredes.

Figura 4: Croquis onde o arquiteto ilustra sua concepção para as Secretarias. Em corte, a alternativa dos pilotis evita a modificação mais intensa do terreno. Nas elevações, a maior limpidez visual.

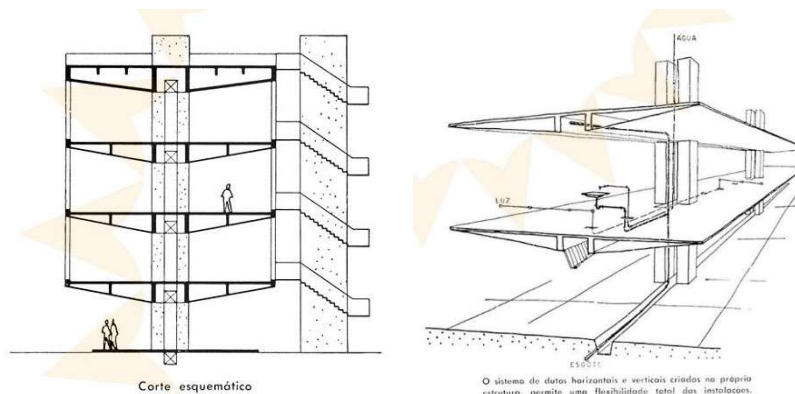


Fonte: Latorraca, 2000.

O projeto converge com as megaestruturas também pelas estratégias projetuais e sua expressão formal. De imediato, temos a lógica dos suportes e a busca por flexibilidade e extensibilidade. Essa procura e os meios para sua realização – “bandejas massivas” e portando as instalações de infraestrutura – estavam potencialmente na obra corbusiana, no desenho visionário para o Plan Obus de Argel, em especial tal como visto no Projeto A (1930) e nos seus projetos de habitação coletiva. A expressão visual converge, pela massividade dos pilares e das vigas em balanço, e a composição das fachadas com as caixas, que evocam os alvéolos, como uma “colmeia”, tão afim da ideia megaestrutural de um suporte que recebe módulos, à maneira de uma adega recebendo as garrafas.

Podemos comparar as Secretarias com edifício onde se tomou decisão análoga: a Escola de Engenharia de São Carlos (1954-57). Projeto de Hélio de Queiroz Duarte (1906-1989) e o engenheiro, Ernest de Carvalho Mange (1922-2005), foi uma obra pioneira na pré-fabricação no Brasil, que optou por uma modulação 70cm, racionalizando o processo projetual e construtivo, e integrando todas as partes. Com largura de 11,2m, seus balanços têm 4,55, e instalações hidrossanitárias e escadas no corpo do prédio, ainda que tivesse uma torre de escadas exterior. As instalações se concentram em uma canaleta visível, ao longo do eixo longitudinal central do edifício, descendo pelos pilares.

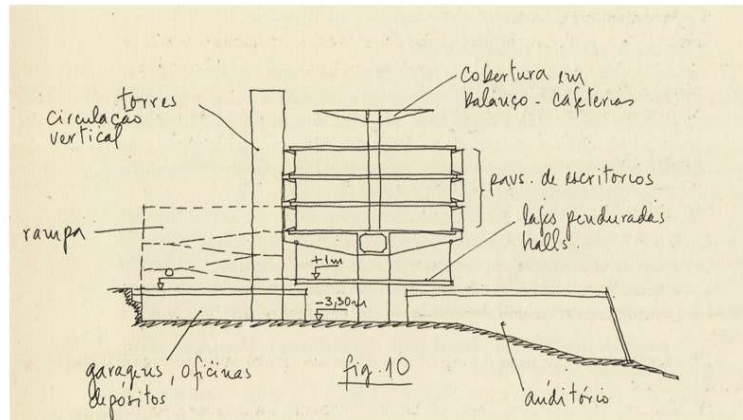
Figuras 5 e 6: Corte e esquema ilustram a lógica construtiva da Escola de Engenharia. Não está claro se são pilares em U, com a haste que une os extremos mais delgada, ou se dois pilares apenas unidos pontualmente. Esse formato permite a viga dupla, e cria o nicho contínuo, vertical e horizontal, pra a concentração conduítes.



Fonte: Escola de Engenharia..., 1959.

Aquele sistema estrutural era mais “puro”, concentrando-se na linha de pilares centrais, com pisos em balanço, e fachada-cortina mais leve, do que o das Plataformas. Nestas existe um notável *tour de force* estrutural, de difícil descrição.

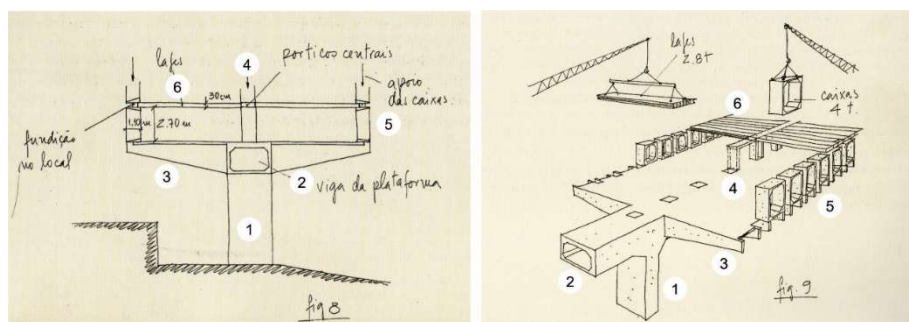
Figura 7: Croqui do arquiteto com um corte esquemático da concepção geral do edifício. Note-se a caixa de rampas, não executada, e presente apenas no projeto da Plataforma 1. Assim como do auditório, prédio independente, implantado em suave declividade, o que não coaduna com os projetos arquitetônicos.



Fonte: Latorraca, 2000.

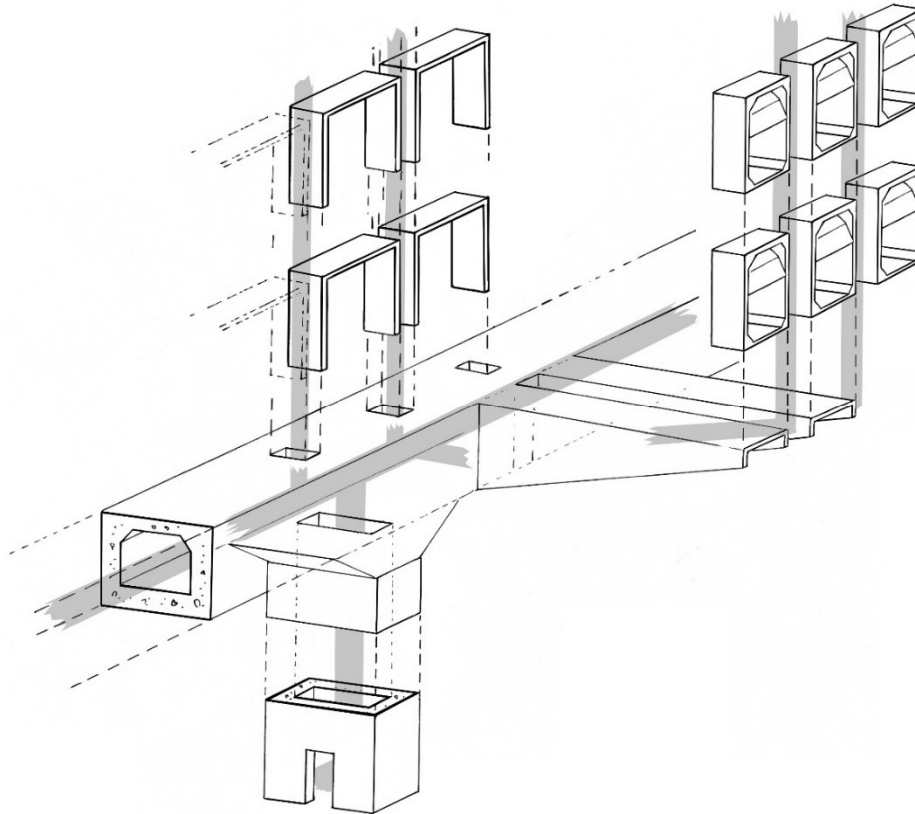
Os poucos pilares não são meros “pilotis”. São grandes tubos ocios, de seção quadrada, visitáveis ao nível do subsolo, de aproximadamente 3,30 x 2,50 m (com variações), espaçados a cada 16,50 m, que apoiam uma expressiva viga-caixão, de 3,30 x 2,50 m (praticamente um pavimento), que serve de viga de transição³ e atua maneira de espinha dorsal, longitudinal ao edifício. Desta partem expressivas vigas em balanço, como costelas, espaçadas alternadamente 1,10 e 2,20 m, que também conformam conduítes em seus menores intervalos. O piso térreo, concretado *in loco*, é atirantado a tais vigas. A partir do primeiro andar, o sistema estrutural muda de orientação, apoiando-se no eixo central em uma série de pórticos que correm longitudinalmente, com 4,40 m de vão (de eixo a eixo), descontínuos entre si, afastados 1,10 m. Este afastamento torna-se um shaft, repetido assim a intervalos de 4,40, redundantes como megaestruturas exigem. Por sua vez, a fachada é composta por alvéolos portantes, chamados caixas. Pórticos e caixas suportam uma série de lajes pré-moldadas, e este conjunto sustenta o piso seguinte, que repete a mecânica. Nesse arranjo, a fachada não é uma “cortina”, apenas segura por consoles. As caixas servem como janelas, mas também participam da estrutura. As lajes de cada piso, com 7,70 m de extensão – que vencem esse vão porque são tubadas, longitudinalmente, ou por tubos de aço ou de papelão⁴ –, são bi-apoiadas nos pórticos intermediários e caixas das fachadas. As caixas, apesar de serem ostensivos elemento de fachada, e dispositivos dessa interface, controlando luz e ventilação, com seus brises, amarrados com as cintas fundidas *in loco*, tendem a comportar-se como uma grelha maior, a parte reticulada de uma grande gaiola portante. As instalações ponto a ponto seguem pelos vãos deixados pelas caixas e nervuras, o espaço de 1,10 m, tanto na fachada, como no piso e no tubo de queda.

Figura 8: 1) Pilares. 2) Viga central de transição. 3) Vigas em balanço. 4) Pórticos centrais. 5) Caixas. 6) Lajes pré-moldadas. Edição a partir de desenho do arquiteto.



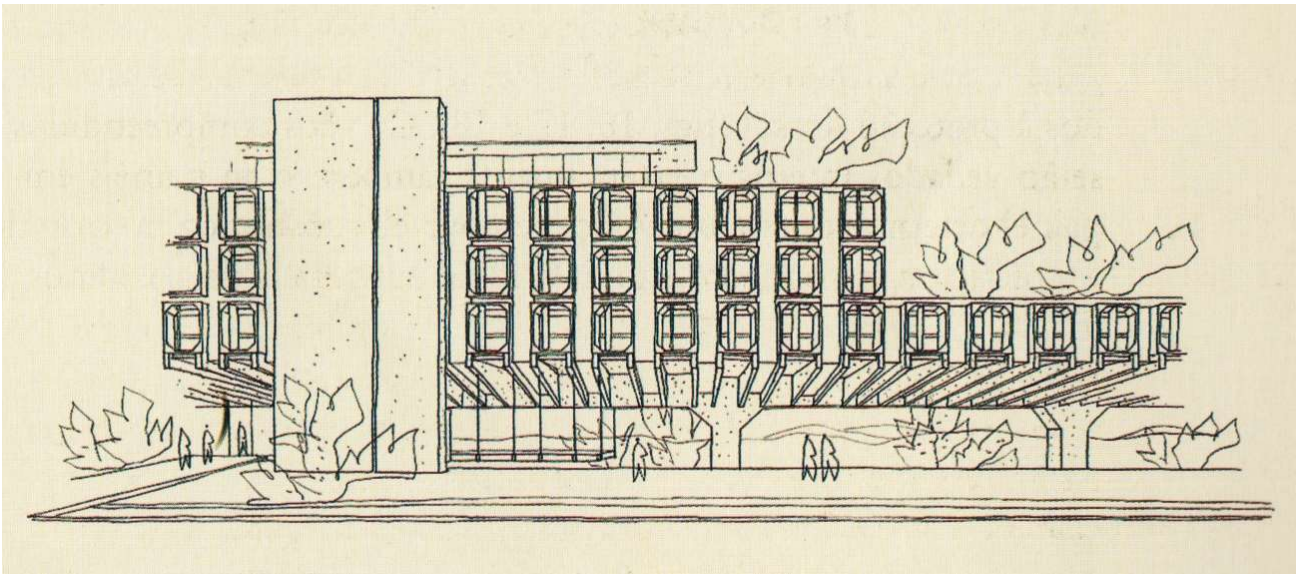
Fonte: Latorraca, 2000.

Figura 9: Perspectiva esquemática, com ênfase nos dutos criados pelo conjunto de vigas, pilares, pórticos e caixas.



Fonte: Desenho do autor a partir de modelo digital elaborado por Gabriella Barbosa.

Figura 10: Na perspectiva do arquiteto, vemos que o espaço intermediário entre as caixas e as vigas, de largura 1,10 m, serve para as instalações, de fácil visitação. Com cores saturadas por prédio – azul, vermelho, verde, amarelo – dão-lhes feição geral elegante e permitem a identificação pública das Secretarias.



Fonte: Latorraca, 2000.

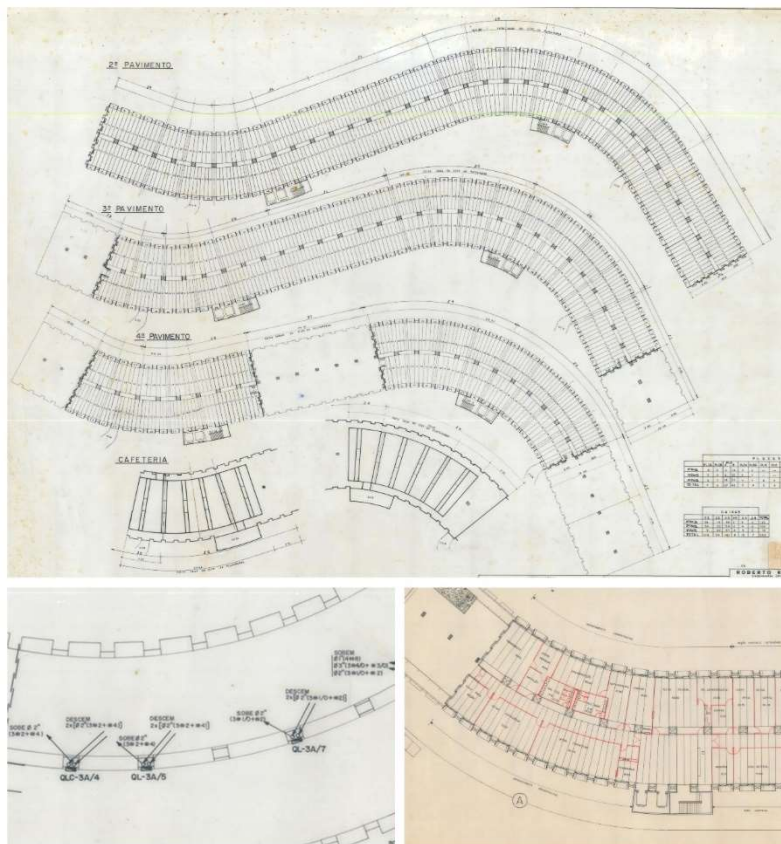
Figuras 11 e 12: Subsolo de edifício atual. Entre as “vértebras” que sustentam o edifício, marcado em vermelho, os dutos que trazem as instalações para a viga central e pilares ocios, com portas de acesso. O espaço residual do subsolo foi ocupado por repartições do órgão. A laje atirantada da recepção perdeu seu papel de belvedere, e também foi ocupada com mais repartições.



Fonte: Fotos do autor.

Neste tipo de edifício, os sanitários costumam exigir um espaço próprio, ou situado no core do edifício, ou como um corpo adjacente ao perímetro. Mas nas plataformas não se contempla instalações hidrossanitárias nos andares superiores, apenas no subsolo. Assume claramente sua posição de megaestrutura aberta, em que caberia – como ocorreu – a um projeto subsequente definir a localização precisa dos sanitários, aproveitando-se dos *shafts* redundantes.

Figura 13: Acima, planta de locação das placas, lajes e caixas. Nelas, vemos os pavimentos-tipo das secretarias executadas, e como são, de fato, vãos livres. Abaixo, à esquerda, detalhe do projeto de instalações elétricas da Plataforma 6, de 1974, lançando mão de alguns dos shafts redundantes. Abaixo, à direita, planta de 1978 mostra os sanitários a construir no terceiro pavimento da Plataforma 6.



Fonte: Acervo da SUPAT.

As torres de circulação vertical são também edifícios em si, inteiramente feitas de concreto em suas empenas. Poderiam ser reforços estruturais, pilares em si mesmos, ajudando a estabilizar o conjunto – que já possui certa rigidez dada a sua forma curva –, contudo não encontramos elemento unindo torres e barra ondulada a realizar esse papel. Ou seja, é como se as torres fossem outros edifícios à parte.

O edifício principal está profundamente relacionado às decisões estruturais e, como dito, de infraestrutura. Existem, de certa maneira, três modalidades de espaço, com suas escalas. Os espaços servidos – para usar o termo de Louis Kahn – de maior porte, que são os vãos de cada andar. Há o espaço servente da circulação vertical, pontual, e que exige um edifício próprio, inclusive superdimensionado, adjacente, que são as torres de circulação vertical: a caixa de escada e dos elevadores, e teria ainda uma de rampas. E um outro, igualmente servente, por onde correm as instalações, pela fachada e desvão dos pórticos, reunidos na grande viga oca longitudinal, e descendo pelos pilares visitáveis.

As Secretarias são aparentadas a outros edifícios de Lelé do período. As caixas, como elemento modular de uma fachada “colmeia” e ao mesmo tempo estrutura portante, foram antes experimentados no Hospital de Taguatinga (DF) (1968), embora sem o arranjo complexo das vigas e pilares da fileira interior. Aplicaram-se no Edf. Camargo Corrêa e o da Portobrás, ambas no Distrito Federal e de 1974, as caixas como componentes portantes de fachada, os shafts, o vão livre conquistado por meio da separação da circulação vertical em torre próprio, entre outros. No entanto, se no Edf. Portobrás as vigas de transição estavam nas laterais longitudinais do prédio, na Secretaria concentravam-se em uma só, central.

Inclusive, João Filgueiras Lima concebe os dutos no sentido contrário, como conduítes possíveis para uma ventilação cruzada, induzida pelo efeito chaminé, precursor de mecanismos mais elaborados empregados nos hospitais da Rede Sarah. Nada nos apontou que essa ideia, presente em croquis, tenha se instrumentado com mais detalhes, e muito menos se realizado.

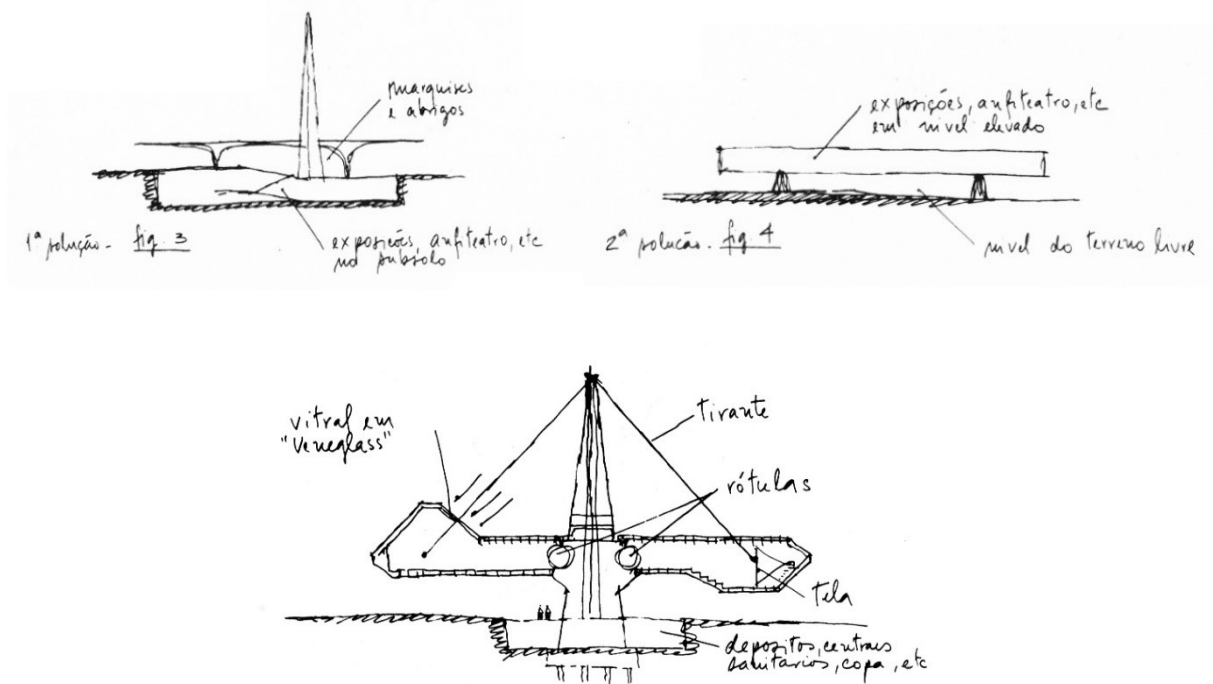
Como dito, o subsolo tem certa independência. É quase que outro prédio, de um pavimento apenas, invisível desde a chegada, mas com fundações próprias, e que seria local genérico de equipamentos, oficinas e mais sanitários. Na prática, tornou-se local de mais setores da administração estatal, tão ciosa de espaço. Da mesma maneira, os auditórios previstos também eram edifícios “independentes”. O projeto onde aparece o auditório é o da Secretaria 1, mais ambiciosa, onde é apenas esboçado, e locado onde o terreno cai abruptamente. Uma rápida análise da planta de situação mostra um declive de 15 metros, mais inclinadas do que seria a plateia de um auditório. O mesmo se repete nos demais sítios das Secretarias. O jogo de fundações e contenções seria contraproducente, por onde quer que se analise. Sem um corte nesse sentido – exceto o corte esquemático, que escamoteia a situação real –, não temos como saber qual seria a solução do arquiteto, e mesmo porquê escolheu a pior localização para esse bloco.

O Centro de Exposições

O Centro de Exposições (1974) que marca a entrada principal do CAB, é um edifício com um programa pequeno, e certa importância simbólica.

Lelé explica que, para liberar a visual do rés-do-chão e área para estacionamento, o prédio foi suspenso, atirantando o andar superior, com auditório e salão de exposição, em um par de pilares, escultóricos, que realizavam a tarefa por engenhoso sistema de circulação de serviço e vigas de borda.

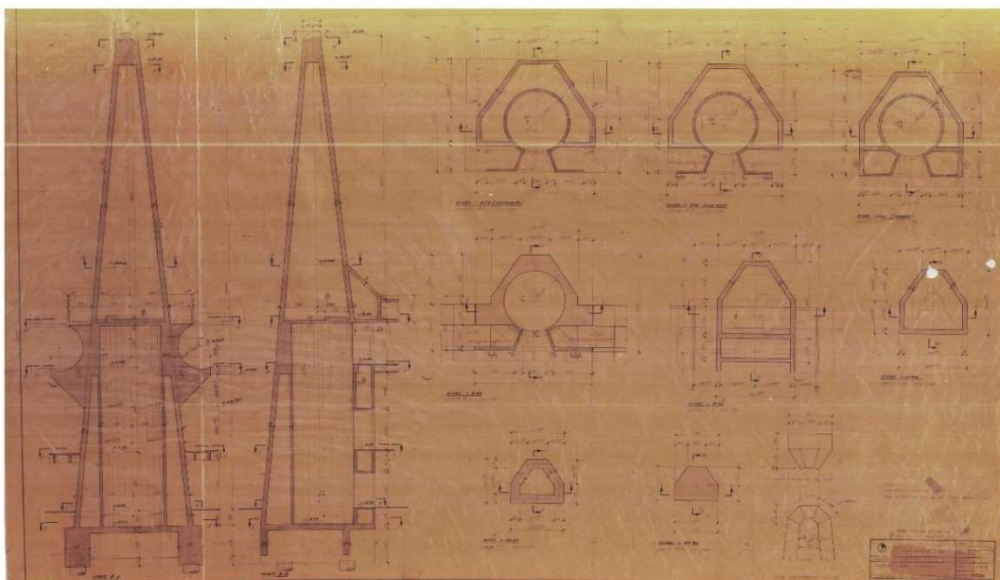
Figura 14: Croquis da concepção do Centro de Exposições.



Fonte: Latorraca, 2000.

De entrada, os dois motivos expostos são muito pouco convincentes. A área ganha é irrisória, e terreno não faltava para as escassas vagas de estacionamento. E não há exatamente o que liberar-se em termos de perspectivas. No entanto, a expressão formal do edifício é óbvia, embora a analogia mais evidente com a balança, e a balança da Justiça – uma espécie de reinterpretação do tema formal do edifício do Congresso Nacional, com seus dois plenários – não pareça corresponder tão propriamente a um centro administrativo.

Figura 15: Fôrma dos pilares do Centro de Exposições.



Fonte: Acervo da SUPAT.

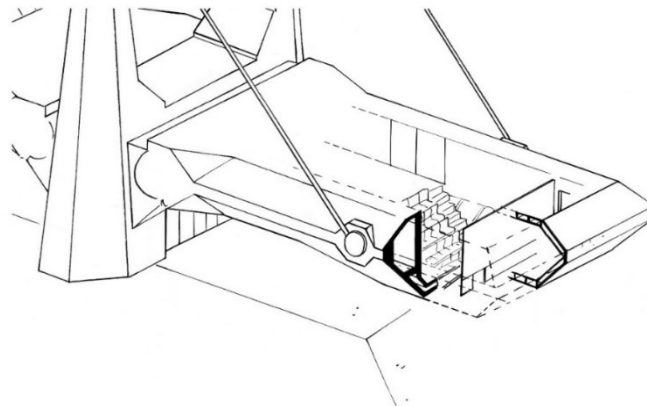
O croqui do arquiteto revela que teria sondado algum elemento, à maneira de obelisco, que servisse como marco à distância. A sua solução, portanto, funde o obelisco com o pilar, dando-lhe uma razão de ser.



Maximizando o papel dos pilares, com a carga e sua redução em número, estes podem modelar-se como obeliscos. Se os grandes pilões suportam o conjunto, servem como contrapeso visual para as partes horizontais, absorvem o papel de marco visual do obelisco antes conjecturado, além de guardar as escadas e as instalações.

Aqui cabe pensar novamente em termos de espaços servidos e serventes. Neste caso, os pilões são, ao mesmo tempo, os shafts e as torres de circulação vertical – um para a escada helicoidal, outro para o elevador –, assim como as vigas de bordos, que escondem um corredor de serviço nas duas laterais. E, no caso do pequeno auditório, conduzindo aos bastidores do telão.

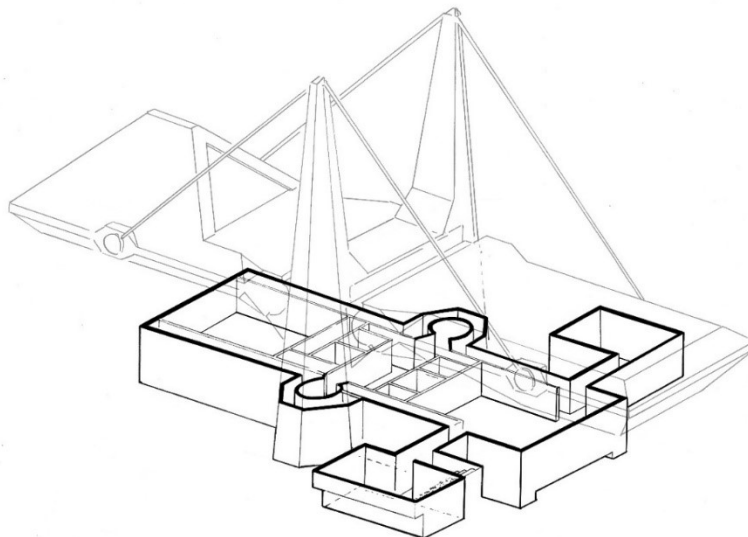
Figura 16: Perspectiva mostrando as vigas de borda na área do auditório. As que seguem no sentido longitudinal abrigam um corredor de serviços, que vai ao bastidor da tela de projeção, por porta e escada.



Fonte: Desenho do autor a partir de modelo digital de Talita Kremers.

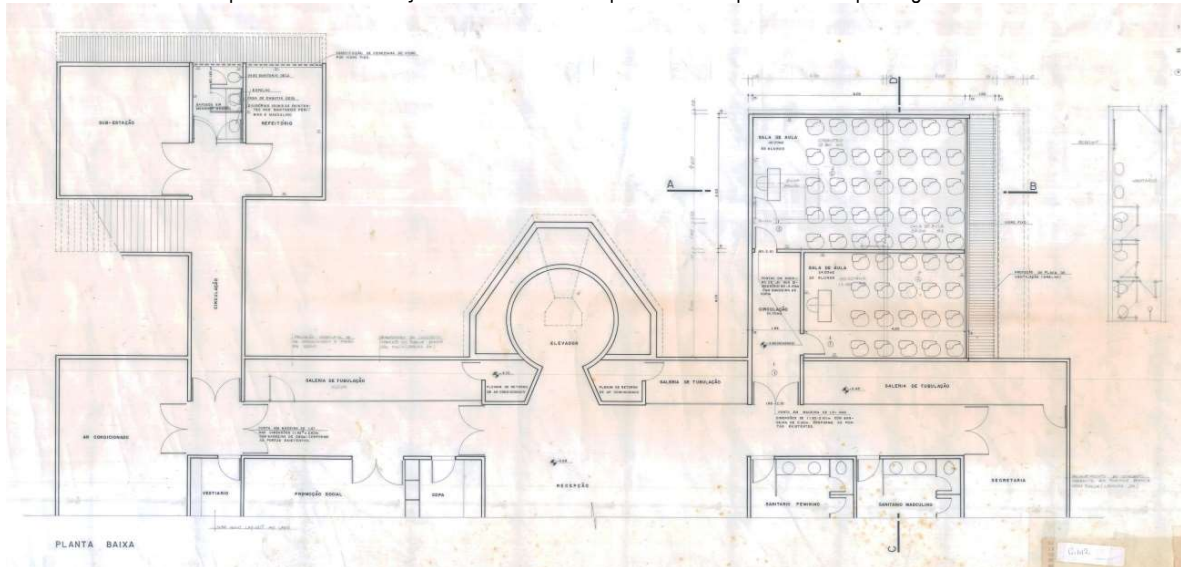
Voltamos à uma composição bipartida onde, ao contrário do que os croquis indicam, o subsolo tem um peso considerável em termos de área construída. Este subsolo tem informações contraditórias. A planta que publica em Latorraca (2000) não corresponde ao executado, sendo mais enxuta, e sem os problemas decorrentes do acesso pelo exterior e da necessidade de aberturas para o maquinário no subsolo. Esse subsolo receberá, depois de construído e inaugurado o prédio, propostas diferentes para seu uso, já não mais do arquiteto e sua equipe.

Figura 17: Perspectiva esquemática do subsolo. A divisão interna é apenas uma indicação, dado que não temos peças confiáveis a respeito. O perímetro construído foi inferido a partir das pranchas estruturais, na ausência do projeto arquitetônico final.



Desenho do autor a partir de modelo digital de Talita Kremers.

Figura 18: Projeto de reforma de abril de 1985. Aponta para um uso insólito de área construída totalmente enterrada, obrigando a expedientes precários de iluminação natural e exaustão para áreas de permanência prolongada.



Fonte: Acervo da SUPAT.

A Igreja Ascensão do Senhor

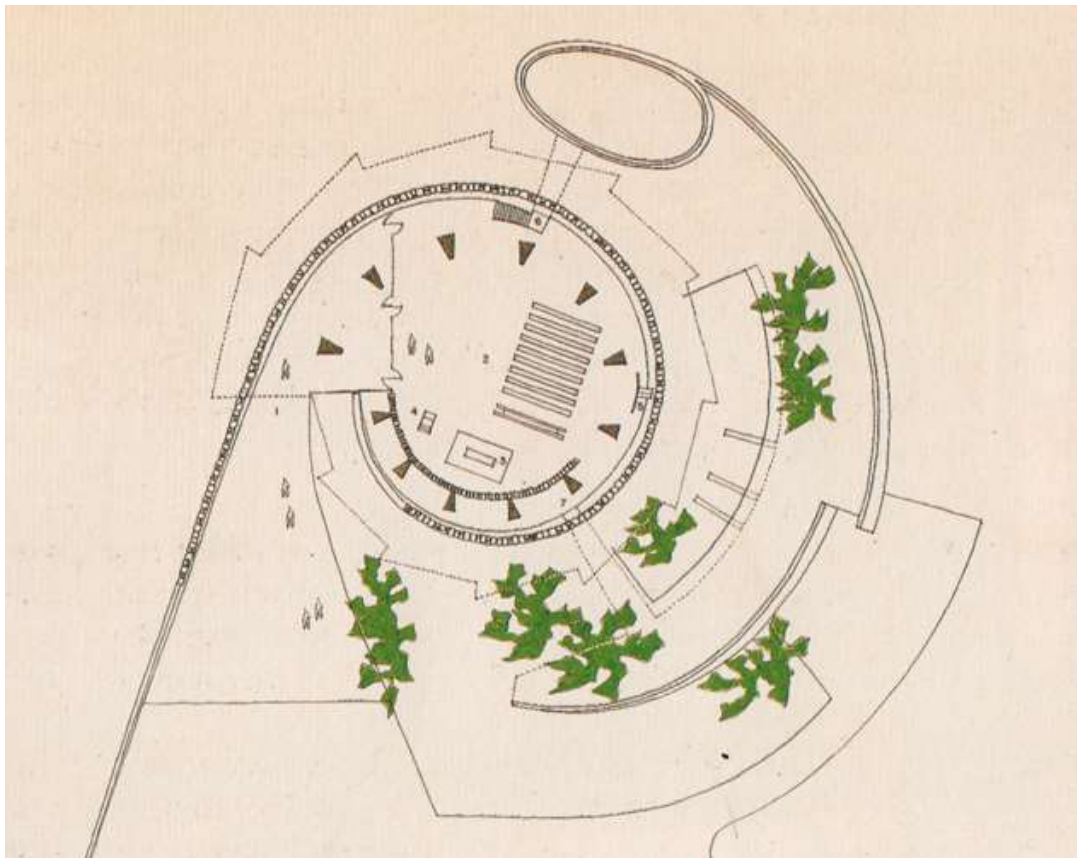
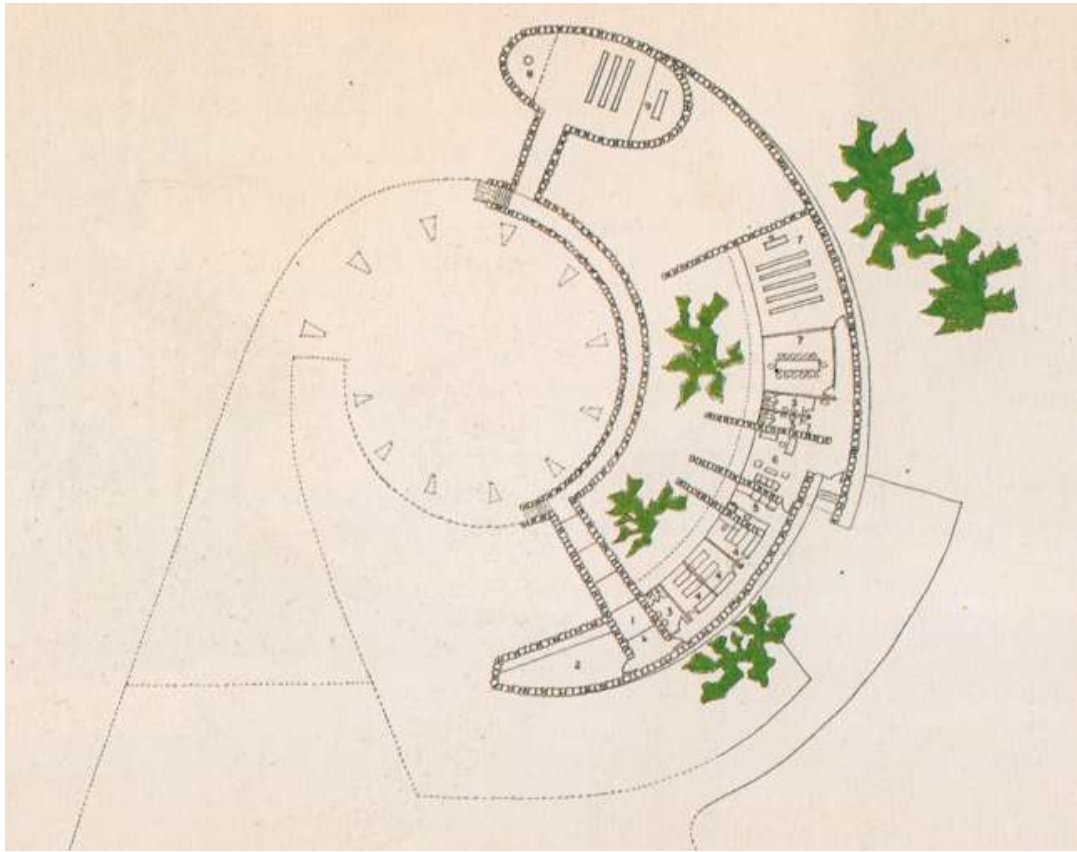
E, por último, a Igreja Ascensão do Senhor (1975) (doravante, Igreja do CAB), manifestação lírica de um programa particularmente sensível.

Figura 19: Igreja Ascensão do Senhor.



Foto do autor.

Figuras 20 e 21: Plantas simplificadas da Igreja.

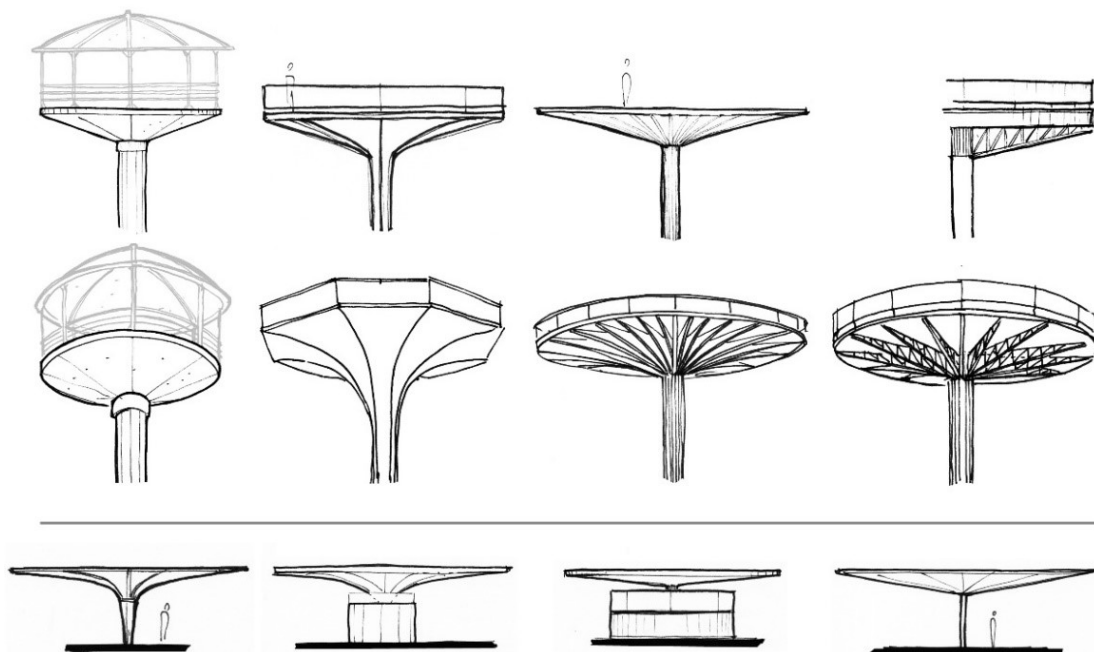


Fonte: Latorraca, 2000.

Parece estranho compreendê-la à luz dos pilotis, visto seu aspecto telúrico, como que emergindo do solo, misto de caverna e floração, o que esconde a *recorrência* – termo caro a Lelé – de um elemento relacionado com os pilotis. No caso, o conjunto formado por uma cobertura suportado por um pilar central, elemento do vocabulário de Lelé, que se prestou a funções diversas (Paz, 2017). Essa obra pareceria fugir, e muito, ao escopo do tema dos “pilotis”. Mas nos parece ser fecundo tratar de entendê-la a partir dos pilares. O que defendemos é ser esta não exatamente uma peça estrutural, mas uma lógica recorrente.

Primeiro, para realizar pisos, abertos ou cobertos. O exemplo mais óbvio são as plataformas que articulavam os tramos das passarelas, primeiro empregadas em Salvador (1986-88). Nestas, eram de uma extrema engenhosidade: um apoio pontual e a possibilidade de ser uma rótula, alterando direção e declividade dos segmentos retos. Em solários dos hospitais da Rede Sarah, era um pequeno prodígio, na medida em que precisavam vencer os problemas decorrentes da esbeltez e propiciar uma área considerável a partir de um único suporte. Note-se que podem ser executadas de diferentes maneiras: lajes-cogumelo concretadas em peças monolíticas, rosáceas montadas com pré-moldados menores, nervuras em concreto ou treliças metálicas. Importa o princípio. A solução destas plataformas se entrelaça com os abrigos de pilar central que realiza ao longo de sua carreira. Essa peça horizontal e seu solitário suporte central serão empregados como cobertura e plataforma (e, em alguns casos, a mesma peça será ambas as coisas); confeccionada em concreto ou aço; de planta retangular, octogonal e circular; peça monolítica ou pré-fabricada em seções radiais.

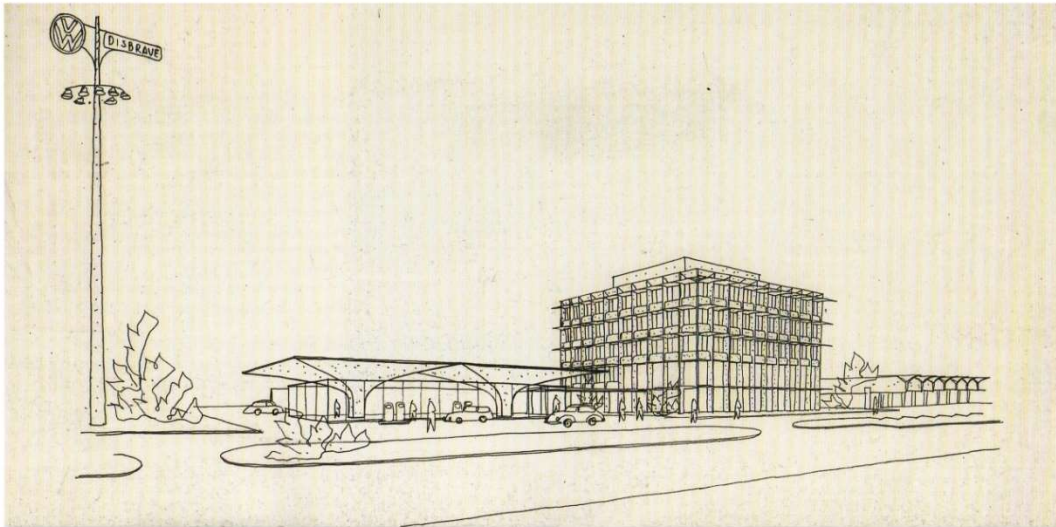
Figura 22: Acima, da esquerda para a direita: plataformas das passarelas padronizadas da Fábrica de Equipamentos Comunitários - FAEC (1986-88); solários do Hospital Sarah Belo Horizonte (1992-97), do Sarah Fortaleza (1992-2001) e do Hospital-Escola Municipal de São Carlos – SP (2004). Desenho do autor. Na linha abaixo da esquerda para a direita: abrigo no Hospital Sarah Lago Norte em Brasília – DF (1996-2003); abrigo no Posto Avançado de Belém – PA (2001-2007); portaria de acesso do Hospital-Escola Municipal de São Carlos – SP (2004); e abrigo de entrada da Residência Roberto Pinho, no Distrito Federal (2008). Todos medindo entre 8 e 10 metros de diâmetro.



Fonte: Desenhos do autor.

Os abrigos de ônibus produzidos pela RENURB, entre 1979 e 1982, também se prestavam para posto policial, banca de jornal e banca de trovadores de cordel. Além de abrigos vastos, sustentado por robustos pilares, de seção variada. Foi assim no primeiro anexo da Sede da Distribuidora Brasileira de Veículos – DISBRAVE, em Brasília (1975) com dois módulos, de 24m de lado cada, abrigando escritório para venda de veículos, bar, salão de exposições, entre outras atividades. Repete o procedimento no projeto para o Belvedere da Sé em Salvador (1979) e no heliponto para a Sede da Eletrobrás no Rio de Janeiro (1981). A partir da tecnologia do CTRS, e do emprego do aço, fará abrigos mais leves, de peças metálicas.

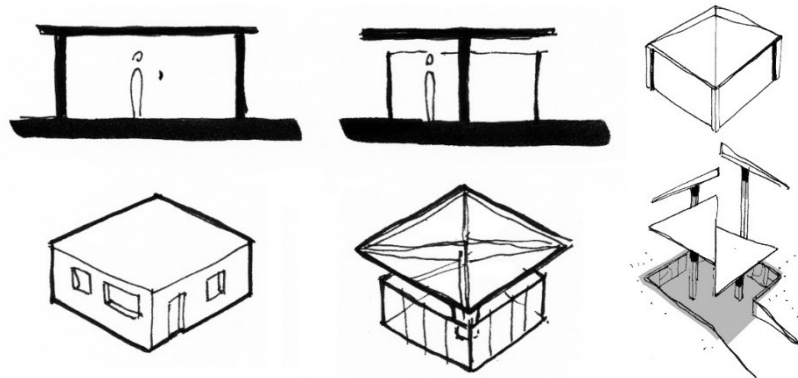
Figura 23: Perspectiva do anexo da DISBRAVE. Notar como o espaço é composto pelos pilares com suas lajes em balanço, e o perímetro recebe uma vedação diáfana de vidro.



Fonte: Latorraca, 2000.

O importante é que Lelé repetidamente realiza uma curiosa inversão: em vez de pilares perimetrais, muitas vezes escolhe um pilar central, em alguns casos oco para conduzir as águas pluviais e a infraestrutura. A operação é feita tanto com construções menores – como os módulos policiais ou guaritas e receptivos – como orientou prédios maiores, como veremos adiante.

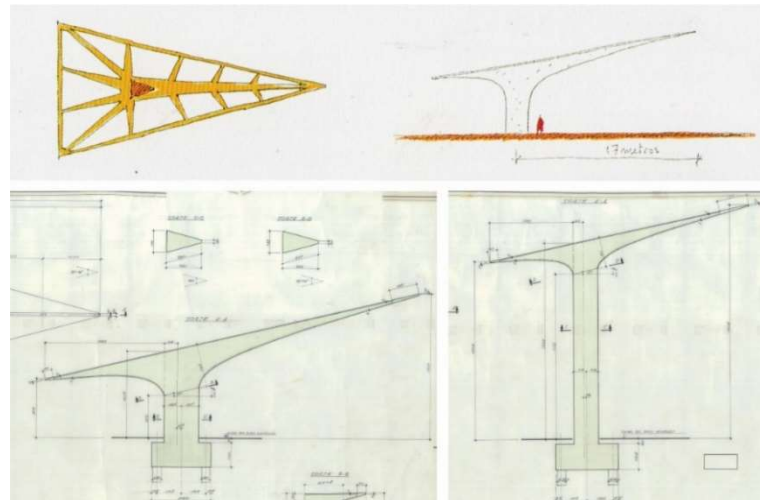
Figura 24: Inversão no procedimento construtivo adotado por Lelé. À direita, esquema demonstrativo da inversão presente na Igreja do CAB (1975).



Fonte: Desenhos do autor.

Ora, a Igreja do CAB é um prédio dessa natureza. É formada por uma somatória destes elementos, adaptados para “pétalas”, lajes assimétricas. As 12 peças rotacionam, ao redor de um centro, sobrepondo-se, e possuem um formato geral idêntico, mas diferente nos detalhes, para compensar sua posição no arranjo global e os esforços a vencer, à medida que os fustes se tornam mais esbeltos. As grandes coberturas da DISBRAVE são próximas cronológica e conceitualmente das pétalas da Igreja do CAB. Imaginemos que aquelas coberturas são “distorcidas”: da forma retangular, recortada para um triângulo isósceles, com seu ângulo mais agudo elevado, e o pilar deslocado para seu centro de massa com uma laje inclinada e com direção. Parte das regras do jogo é que cada pétala tenha autonomia, sem se tocar, funcionando como um misto de caverna com espaço mágico formado pela sombra dos nenúfares de concreto. Daí o prodígio de um edifício aparentemente sem paredes, aninhado num arrimo recortado suavemente no terreno – o que é uma ilusão astutamente construída.

Figura 25: Acima, croqui das lajes/ pétalas (Latorraca, 2000) Abaixo, pranchas das pétalas 12 (a mais baixa) e 1 (a mais alta – a contagem se dá no sentido descendente), os extremos do conjunto, e sua diferença específica.



Fonte da figura superior: Latorraca, 2000. Fonte das figuras abaixo: Acervo da SUPAT.

CONCLUSÃO

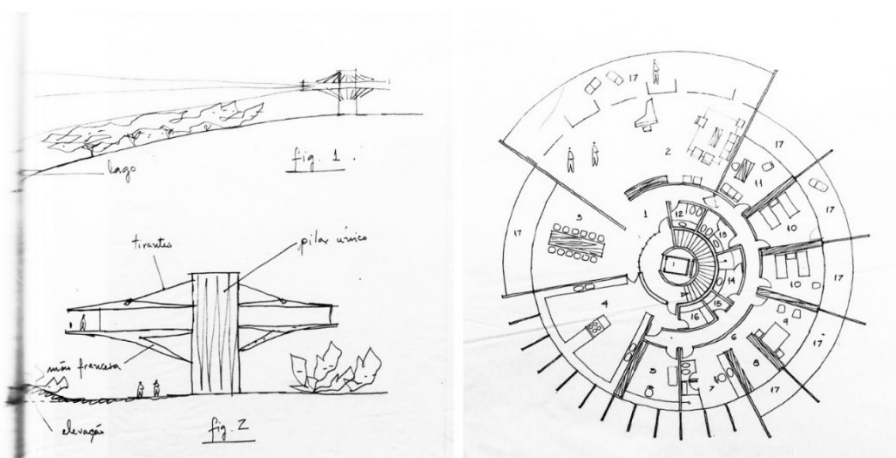
Os três projetos pautam-se em uma profunda correspondência entre uma lógica estrutural, a arquitetura e o espaço obtido. Ou melhor, no que seriam os espaços servidos, aqueles de maior visibilidade e importância.

Pois neles, embora em grau diferente, para além do espaço mais exposto (em dois deles, suspensos com certa acrobacia estrutural), se necessita de um apoio no solo, e no subsolo. A contraparte do suspenso e da ascensão é o enterrado e semienterrado. Nas Secretarias e no Centro de Exposição, o térreo é uma chegada do visitante, em ambos um solo criado, que oculta seu caráter artificial. Na Igreja, a operação é horizontal, com os espaços enterrados, semienterrados e mesmo emulando o solo (com contenções falsas e teto-jardim) nas laterais.

Aqui parecemos fugir, e muito, do tema dos pilotis. Se o último edifício que João Filgueiras Lima realizou no CAB – e que foge à nossa pesquisa mais detalhada, por ser de um outro momento – não retornasse de maneira estentórea ao tema do pilar central e planta circular, em uma escala mais audaciosa.

Lelé ensaiou alguns projetos circulares, como a Central de Delegacias (1979), em Salvador, construída, e o Hospital de Base de Brasília (1969), na torre cilíndrica dedicada à internação, projeto não realizado. Mas notável para nosso caso específico é a Residência R. Bougleux (1971), não realizada, onde se concentram operações aqui já descritas: o edifício erguido, como um mirante, apoiado em um pilar central único e central, que abrigava a circulação vertical (elevador e escada helicoidal)

Figura 26: Croquis da Residência R. Bougleux.



Fonte: Vilela, 2017.

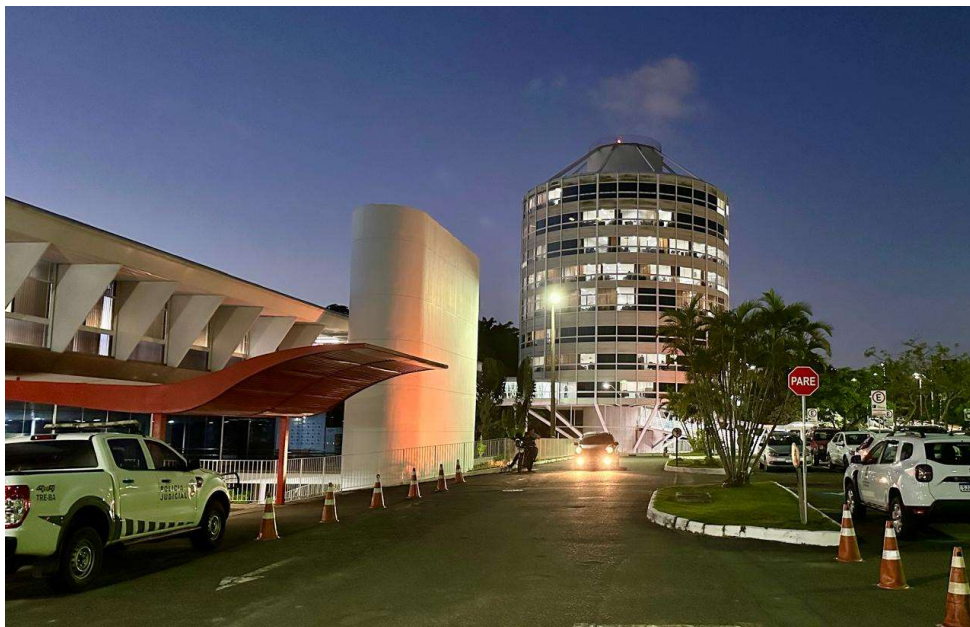
O projeto em questão, o último de Lelé no CAB e não inteiramente realizado, era do conjunto arquitetônico do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Exigia-se um total de 90.000 m² de área construída, em terreno boscoso com 27 m de desnível, a partir de um platô estreito onde estava o acesso. A solução foi separar os pisos construídos do terreno, com 6 torres cilíndricas, apoiadas em grandes pilares ocultos singulares, conectados por passarelas. Ao fim construiu-se apenas a torre correspondente ao arquivo da instituição.

Figura 27: Torre em construção.



Fonte: Acervo de Fernando Minho.

Figura 28: Edifício atual, ainda que incompleto, visto do acesso.



Fonte: Acervo de Fernando Minho.

Embora nem todos os projetos no CAB fossem empregos, ainda que indiretos, sobre o tema do piloti, ou do pilar centralizado suportando cargas em balanço – pensamos no projeto da sede do Tribunal Regional

Eleitoral (TRE) em Salvador (1997-98), que adota outra linha de trabalho –, foi aquela região local privilegiado para sucessivos experimentos a respeito, dentro da linha da recorrência, sempre estreitamente atrelados com o sistema construtivo e seus materiais, também em contínua exploração e desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Às estudantes Jacy Fernandes Correia Bisneta, Talita Jaqueline Kremers e Gabriella Estefane Ribeiro Barbosa, e também aos órgãos financiadores das etapas desta pesquisa: à UFBA, por meio do Programa de Apoio a Jovens Pesquisadores Doutores – JOVEMPESQ, em 2022-23, e das Bolsas UFBA e CNPQ em 2024-25.

REFERÊNCIAS

- BANHAM, Reyner. **Megaestructuras: futuro urbano del pasado reciente**. 2ed. Barcelona: Ed. Gustavo Gili. 2001.
- CORDIVIOLA, Alberto Rafael. **Bahia; tempo, cidade, arquitetura**. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU-UFBA. Salvador, 2005.
- COSTA, Ana Elísia da; COTRIM, Marcio; GONSALES, Célia Castro. Transformações no Esquema Base/ Pilotis/ Mirante: narrativas sobre casas contemporâneas brasileiras. **Revista Thesis**, v.2, pp.221-245, 2017. <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/151>
- “Escola de Engenharia de São Carlos.”. **Acrópole**, n. 249, jul-ago (1959): pp. 324- 329. <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/249>
- LATORRACA, Giancarlo. **João Filgueiras Lima Lelé**. Lisboa/ São Paulo: Editorial Blau/ Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 2000.
- LIMA, João Filgueiras. **O Que é Ser Arquiteto. Memórias Profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima)**. Em depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PAZ, Daniel J. Mellado. Luz, Espaço e Verde: alguns temas modernistas na obra de João Filgueiras Lima, o Lelé. In **Anais do 11º Seminário Docomomo Brasil – O Campo Ampliado do Movimento Moderno**. Recife: DOCOMOMO-BR/ Universidade Federal de Pernambuco, 2017. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32749>, acesso em 15/07/2025.
- RISSELADA, Max; LATORRACA, Giancarlo (eds.). **A Arquitetura de Lelé: Fábrica e Invenção**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Museu da Casa Brasileira, 2010.
- VILELA, Adalberto. **A Casa na Obra de João Filgueiras Lima, Lelé**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

NOTAS

- ¹ Esse intervalo de tempo corresponde à permanência de João Filgueiras Lima nas instituições. As datas têm como fonte o arquiteto Fernando Minho, colaborador de Lelé, corrigindo as informações presentes em Latorraca (2000).
- ² Neste caso, um motivo adicional é que a praça onde se situa é a cobertura de um subsolo preexistente e ocupado; os pilares do edifício estão alinhados com os pilares anteriores, descarregando neles a carga, que é relativamente leve.
- ³ Não encontramos as dimensões precisas dos pilares. Nos trechos curvos do prédio, sua largura aparece curvada, côncava de um lado e convexa do outro. Nos trechos retilíneos, os pilares parecem ter as mesmas dimensões exteriores das vigas, sem que possamos determinar precisão, pelos problemas de passagem das informações gráficas da prancha para a geometria da modelagem. Porém os pilares são mais robustos do que as vigas porque suas paredes são mais espessas internamente.
- ⁴ O que hoje chamam de *laje alveolar*, e está retornando à construção civil usual.

NOTA DO EDITOR (*): O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do autor.